

poder constituinte

► serve para  a constituição

- criar
- reformatar
- revisar

Modalidades:

originário → É o poder de criar a CF → cria um novo Estado → o POVO é titular

Derivado → reformador
↓
modifica a CF

decorrente
↓
cria as const.
dos Estados

revisor
↓
revisa a CF após 5 anos
de sua promulgação

difuso → muda a interpretação da CF → mutação constitucional

alterações em ética

FINALIDEIA

- O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.
- ampliação do direito à sustentação oral de advogados. Agora é permitido realizar a sustentação oral no recurso interposto contra a decisão monocrática de relator que julgar o mérito ou não conhecer determinados recursos e ações.
- Acessórias e consultorias jurídicas podem ser exercidas por escrito ou verbalmente, sem a necessidade de formalização por contrato de honorários.
- vedação da colaboração premiada de advogado contra seus clientes.
- Previsão de férias dos advogados aruantes na área penal, vedando os prazos processuais penais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
 - EXCEÇÃO: réus presos; maria da penha; medidas urgentes
- asseguramento da competência exclusiva da OAB pl fiscalização do efetivo exercício profissional e o recebimento de honorários.
- regulamentação da figura do advogado associado, garantindo a autonomia contratual interna dos escritórios de advocacia.

→ garantia de destaque de honorários dos advogados. Agora é permitida a dedução de honorários advocatícios contratuais dos valores acrescidos ao montante repassado aos Estados e aos Municípios na forma de precatórios, como complementação de fundos constitucionais.

→ asseguramento da competência exclusiva da OAB p/ fiscalização do efetivo exercício profissional e o recebimento de honorários.

habeas data

↳ serve para tutelar o direito à informação pessoal

▶ Os processos de habeas data terão **prioridade sobre todos os atos judiciais**, exceto: $\left\{ \begin{array}{l} \text{habeas corpus} \\ \text{mandado de segurança} \end{array} \right.$

↳ **legitimidade ativa é personalíssima** $\left\{ \begin{array}{l} \text{pessoa jurídica também tem legitimidade ativa} \\ \text{nacional ou estrangeiro} \end{array} \right.$

↳ **legitimidade passiva:** qualquer entidade, pública ou privada, desde que o banco de dados tenha caráter público.

↳ É uma **ação de natureza cível**

hipóteses de cabimento:

↳ para assegurar o **conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

↳ para a **retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

↳ para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

importante

→ diferentemente do mandado de segurança, o habeas data não está sujeito a prazo decadencial (do mesmo o habeas corpus).

- não cabe habeas data pl obtenção de informações relativas a terceiros, salvo: habeas data para tutelado direito à informação sobre o de cujus por parte de seus herdeiros, inclusive do cônjuge supérstite.